

ESP-ESCOLA DE EDUCACAO FISICA - EEF

Edital 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	180341-ESP-ESCOLA DE EDUCACAO FISICA - EEF	ELIANE MATIAS RIBEIRO DA ROCHA	10/06/2026 15:51 (v 0.9)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		057.002227222026-97

AQUISIÇÃO DE ESTEIRAS ERGOMÉTRICAS

CONTRATANTE:

UASG 180341 ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO:

057.002842972026-20

PREGÃO ELETRÔNICO Nº:

EEF-341/0017/26

OBJETO:

AQUISIÇÃO DE ESTEIRAS ERGOMÉTRICAS PROFISSIONAIS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 606.256,12 (SEISCENTOS E SEIS MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E DOZE CENTAVOS).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

NÃO

1. Do objeto

UASG 180341 ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:

057.002842972026-20

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº EEF-341/0017/26

Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado - EEF, sediada na Avenida Cruzeiro do Sul, nº 548, bairro Canindé, município de São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de **esteiras ergométricas profissionais**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Do registro de preços

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. No que concerne aos itens 3.5.2 e 3.5.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.5.1 ou no item 4.5.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridas no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total de cada item;

5.1.2. marca;

5.1.3. modelo;

5.1.3. fabricante;

5.1.4. garantia;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor *inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema .
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 6.062,56**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.12. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20.2. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20.3. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAL, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta, e
 - 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. Da fase da habilitação

- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
- 8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. Da ata de registro de preços

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. Da formação do cadastro de reserva

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através de solicitação por correio eletrônico: eefuge@policiamilitar.sp.gov.br.

12. Das infrações administrativas e sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecido pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e /ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1.advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:
 - 12.4.1. Multa Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - 12.4.2. Multa Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, de 16 (dezesesseis) dias até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 12.4.3. Multa Moratória de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, de 31 (trinta e um) dias até o limite de 60 (sessenta) dias;
 - 12.4.4. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;
 - 12.4.5. Recusa injustificada em assinar, aceitar ou retirar o contrato, será aplicada multa moratória de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato ou diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.
 - 12.4.6. Multa Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.
 - 12.4.7. Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 12.1.3, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: dentro da plataforma comprasnet.gov.br e pelo correio eletrônico eefuge@policiamilitar.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2 A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a **emissão de nota de empenho**, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1 Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

- 14.2.1.2 Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 14.2.1.3. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.
- 14.2.1.3 Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação
- 14.2.1.3.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja (m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;
- 14.2.1.3.2 a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa[ESP1] no item 3.10);
- 14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis..
- 14.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo adjudicatário:
- 14.2.3.1. *de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*
- 14.2.3.2. *de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;*
- 14.2.3.3. *de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;*
- 14.2.3.5. *de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;*
- 14.2.3.6. *dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;*
- 14.2.3.7. *de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.*
- 14.2.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.15.1.1 ANEXO I.I - Estudo Técnico Preliminar

14.15.2. ANEXO II – Minuta de NOTA DE EMPENHO

14.15.3. ANEXO III – Modelo Referente a Planilha de Proposta;

São Paulo, na data da assinatura digital.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CRISTIANO APARECIDO MARTIN DA SILVA

Agente de contratação

ELIANE MATIAS RIBEIRO DA ROCHA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 10/06/2026 às 15:50:59.

CAMILA GARBI DA ROCHA

Agente de contratação

AMANDA LISLEY DE SOUSA

Agente de contratação

ESP-ESCOLA DE EDUCACAO FISICA - EEF

Termo de Referência 52/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
52/2026	180341-ESP-ESCOLA DE EDUCACAO FISICA - EEF	GERNANDO GARCIA FURTADO	08/06/2026 14:03 (v 0.4)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		057.00222722/2026-97

1. Definição do objeto

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição dos seguintes materiais:

a) esteiras ergométricas profissionais.

Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as especificações técnicas que compõem este instrumento e o Estudo Técnico Preliminar nº 51/2026.

ITEM	COMPRAS GOV	BEC	DESCRIÇÃO	UNID	QTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			<p>Tipo: Ergométrica elétrica.</p> <p>Dimensões Totais (C x L x A): COMPRIMENTO 212 até 230 cm X LARGURA 92 até 103 cm X ALTURA 147 até 170 cm.</p> <p>Área da superfície de corrida: LARGURA MÍNIMA DE 54 CM e COMPRIMENTO MÍNIMO DE 150 CM.</p> <p>Peso do usuário: <u>suportar usuários de no mínimo 170 kg de peso.</u></p> <p>Potência do Motor: mínimo de 4 HP.</p> <p>Faixa de Velocidade: velocidade inicial igual ou inferior a 1 km/h; velocidade máxima não inferior a 19 km/h.</p>				

Inclinação da área de corrida: regulagem eletrônica com inclinação positiva de no mínimo **15%**, admitida especificação equivalente em graus, com ajustes progressivos.

Sistema de amortecimento de impacto: com superfície de corrida com sistema de absorção de impacto, para reservar articulações do tornozelo, joelho e quadril.

Área de corrida: superfície composta por lona/correia e plataforma/deck de alta resistência, com material compatível com uso profissional / comercial, resistente ao impacto, atrito e umidade, admitidas tecnologias equivalentes de amortecimento e durabilidade comprovadas em ficha técnica do fabricante.

Lubrificação: com sistema auto-lubrificante, de forma preventiva e autônoma.

Correias: em lona, correia de alta resistência ou tecnologia equivalente, com resistência ao desgaste e compatibilidade com uso profissional / comercial intensivo, conforme especificação do fabricante.

Conectividade: possuir, no mínimo, conectividade Bluetooth e/ou Wi-Fi, com possibilidade de integração com sensores, aplicativos ou dispositivos externos por ANT+, NFC, RFID, USB ou tecnologia equivalente, conforme especificação do fabricante.

Monitoramento Cardíaco: sistema para acompanhamento da frequência cardíaca por contato, telemetria ou tecnologia compatível, com exibição dos dados no painel do equipamento.

Visor: Tela de LCD, LED ou TOUCH, mostrando progressão de treino, velocidade, inclinação, tempo de exercício, distância, calorias, frequência cardíaca.

Programas de Treinamento: a esteira deve possuir no mínimo 10 tipos de exercícios preprogramados.

Possuir sistema de parada de emergência através de botão de parada.

1	373980	5125219	UNID	6	R\$ 101.042,68	R\$ 606.256,12
---	--------	---------	------	---	----------------	----------------

Conveniências Adicionais: possuir suporte ou compartimento para garrafa e suporte, compartimento ou solução equivalente para acomodação de celular, tablet e/ou objetos pessoais.

Rodas de transporte: possuir rodas, rodízios de transporte ou rodízios de serviço integrados, que facilitem o reposicionamento, deslocamento ou manutenção do equipamento.

Voltagem: 110 volts ou 220 volts.

Garantia: garantia de no mínimo 3 anos para estrutura e motor e garantia de 1 ano para peças eletrônicas.

Durabilidade e Robustez: Equipamentos de alta resistência, projetados para uso intenso e contínuo.

Facilidade de Manutenção: Manual de instruções claro e acessível, com informações sobre manutenção preventiva.

Certificação de Segurança: Certificação /conformidade de segurança: atendimento às normas de segurança aplicáveis a equipamentos estacionários de uso profissional / comercial, tais como ABNT NBR ISO 20957, EN ISO 20957, EN 957 ou equivalentes, mediante certificado, relatório de ensaio, manual técnico ou declaração do fabricante/importador referente ao modelo ofertado.

Ergonomia: equipamento com apoios /guidões acessíveis, comandos de fácil alcance, painel de fácil visualização e disposição funcional dos componentes, visando conforto, estabilidade e segurança do usuário.

Design: Design funcional, estrutura e acabamento resistentes, superfícies de fácil limpeza, compatíveis com uso profissional/comercial.

1.1.1.Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. O objeto desta contratação são caracterizados como Material comum permanente, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A fundamentação da aquisição das esteiras ergométricas profissionais e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar nº 51/26 e neste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2025/2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, mas há verba financeira proveniente do Fundo Nacional de Segurança Pública para aquisição das esteiras ergométricas destinadas à modernização da Escola de Educação Física (EEF) PM, visando à promoção da saúde física e mental do policial militar.

3. Descrição da solução

3.1. Este Termo de Referência tem por finalidade a compra de esteiras ergométricas profissionais.

3.2. Todo o material deverá estar em conformidade, condições, exigências estabelecidas e especificações do Estudo Técnico Preliminar 51/2026 e deste Termo de Referência.

Descrição do produto

3.3. Esteiras ergométricas profissionais:

Dimensões Totais (C x L x A): COMPRIMENTO 212 até 230 cm X LARGURA 92 até 103 cm X ALTURA 147 até 170 cm.

Área da superfície de corrida: LARGURA MÍNIMA DE 54 CM e COMPRIMENTO MÍNIMO DE 150 CM.

Peso do usuário: suportar usuários de no mínimo 170 kg de peso.

Potência do Motor: mínimo de 4 HP.

Faixa de Velocidade: velocidade inicial igual ou inferior a 1 km/h; velocidade máxima não inferior a 19 km/h.

Inclinação da área de corrida: regulação eletrônica com inclinação positiva de no mínimo **15%**, admitida especificação equivalente em graus, com ajustes progressivos.

Sistema de amortecimento de impacto: com superfície de corrida com sistema de absorção de impacto, para reservar articulações do tornozelo, joelho e quadril.

Área de corrida: superfície composta por lona/correia e plataforma/deck de alta resistência, com material compatível com uso profissional / comercial, resistente ao impacto, atrito e umidade, admitidas tecnologias equivalentes de amortecimento e durabilidade comprovadas em ficha técnica do fabricante.

Lubrificação: com sistema auto-lubrificante, de forma preventiva e autônoma.

Correias: em lona, correia de alta resistência ou tecnologia equivalente, com resistência ao desgaste e compatibilidade com uso profissional / comercial intensivo, conforme especificação do fabricante.

Conectividade: possuir, no mínimo, conectividade Bluetooth e/ou Wi-Fi, com possibilidade de integração com sensores, aplicativos ou dispositivos externos por ANT+, NFC, RFID, USB ou tecnologia equivalente, conforme especificação do fabricante.

Monitoramento Cardíaco: sistema para acompanhamento da frequência cardíaca por contato, telemetria ou tecnologia compatível, com exibição dos dados no painel do equipamento.

Visor: Tela de LCD, LED ou TOUCH, mostrando progressão de treino, velocidade, inclinação, tempo de exercício, distância, calorias, frequência cardíaca.

Programas de Treinamento: a esteira deve possuir no mínimo 10 tipos de exercícios preprogramados.

Possuir sistema de parada de emergência através de botão de parada.

Conveniências Adicionais: possuir suporte ou compartimento para garrafa e suporte, compartimento ou solução equivalente para acomodação de celular, tablet e/ou objetos pessoais.

Rodas de transporte: possuir rodas, rodízios de transporte ou rodízios de serviço integrados, que facilitem o reposicionamento, deslocamento ou manutenção do equipamento.

Voltagem: 110 volts ou 220 volts.

Garantia: garantia de no mínimo 3 anos para estrutura e motor e garantia de 1 ano para peças eletrônicas.

Durabilidade e Robustez: Equipamentos de alta resistência, projetados para uso intenso e contínuo.

Facilidade de Manutenção: Manual de instruções claro e acessível, com informações sobre manutenção preventiva.

Certificação de Segurança: Certificação/conformidade de segurança: atendimento às normas de segurança aplicáveis a equipamentos estacionários de uso profissional / comercial, tais como ABNT NBR ISO 20957, EN ISO 20957, EN 957 ou equivalentes, mediante certificado, relatório de ensaio, manual técnico ou declaração do fabricante /importador referente ao modelo ofertado.

Ergonomia: equipamento com apoios/guidões acessíveis, comandos de fácil alcance, painel de fácil visualização e disposição funcional dos componentes, visando conforto, estabilidade e segurança do usuário.

Design: Design funcional, estrutura e acabamento resistentes, superfícies de fácil limpeza, compatíveis com uso profissional/comercial.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. A aquisição dos materiais deve atender os critérios de sustentabilidade, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. Na presente contratação serão aceitos equipamentos ergométricos profissionais, novos, sem uso anterior, de quaisquer marcas ou modelos, desde que atendam integralmente às especificações técnicas, requisitos de desempenho, condições de garantia, manuais e demais exigências estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar nº 51/2026 e neste Termo de Referência.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do(a) data da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior. Enquadram-se neste caso, os equipamentos que são provenientes de impositação, onde a empresa deverá informar

5.3. Os bens deverão ser entregues e sem custo para o Contratante no seguinte endereço: Avenida Cruzeiro do Sul, nº 548, CEP 03033-020, Canindé - SP, Escola de Educação Física - Logística, telefone: (11) 3229-3622, de segunda a quinta feira das 8h30 às 11h e das 14h às 17h.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia deve obedecer o estipulado no Estudo Técnico Preliminar nº 51/26 e neste Termo de Referência.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o contratante e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail) para esse fim.

6.4. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com

menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que versa a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período,

justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica.

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física : cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

- 8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Aquisições — Atualização: maio/2023 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação 8 de 12 UASG 180341 Termo de Referência 24/2025.
- 8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. Habilitação fiscal, social e trabalhista.
- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples.

8.22. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Outras comprovações

8.23. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões.

9. Estimativas do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023]

Valor (R\$): 606.256,12

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 606.256,12 (seiscentos e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais e doze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública.

São Paulo, 08 de maio de 2026.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável pela execução do Termo de Referência.

GERNANDO GARCIA FURTADO

Maj PM



Assinou eletronicamente em 08/06/2026 às 14:03:21.

ESP-ESCOLA DE EDUCACAO FISICA - EEF

Estudo Técnico Preliminar 51/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 057.00222722/2026-97

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo a aquisição de esteiras ergométricas profissionais para a Escola de Educação Física (EEF) da PMESP, com a finalidade de atender às necessidades do efetivo desta Centenária Casa de Ensino, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência e seus anexos.

2.2. Considerando que a atividade policial exige elevados níveis de preparo físico e psicológico, a Instituição tem buscado continuamente o aprimoramento da infraestrutura de suas unidades, de modo a oferecer ao efetivo melhores condições de desempenho em suas funções, além de contribuir para a qualidade de vida dos profissionais da segurança pública.

2.3. Nesse contexto, a aquisição dos aparelhos torna-se uma medida essencial para um melhor atendimento dos policiais militares que frequentam a EEF. Assim, a Escola de Educação Física, por possuir uma estrutura que atende várias Unidades da PMESP, necessita de equipamentos atualizados e tecnicamente adequados para proporcionar ao efetivo espaços devidamente estruturados para a prática de atividades físicas com segurança e eficiência.

2.4. Não menos importante, para subsidiar este Estudo Técnico Preliminar, buscou-se as melhores empresas que operam no mercado nacional e que oferecem equipamentos de qualidade, resistência e alta durabilidade, para que a Administração Pública não tenha que onerar os cofres públicos para aquisição de novos materiais em um decurso de tempo pequeno no futuro

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Treinamento Físico	Maj PM Gernando

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. Visando garantir que as especificações atendam às necessidades do efetivo Policial Militar e permitam a seleção da proposta mais vantajosa, as especificações técnicas abaixo foram feitas com base nas três principais empresas do mercado *fitness* que operam no mercado brasileiro, assim, pegamos as especificações das esteiras ergométricas profissionais das seguintes empresas: Life Fitness Comércio de Equipamentos do Brasil Ltda., Matrix Fitness e Konnen Fitness.

Abaixo estão os requisitos mínimos considerados para a presente contratação:

4.1.1. Esteira Profissional:

Tipo: Ergométrica elétrica.

Dimensões Totais (C x L x A): COMPRIMENTO 212 até 230 cm X LARGURA 92 até 103 cm X ALTURA 147 até 170 cm.

Área da superfície de corrida: LARGURA MÍNIMA DE 54 CM e COMPRIMENTO MÍNIMO DE 150 CM.

Peso do usuário: suportar usuários de no mínimo 170 kg de peso.

Potência do Motor: mínimo de 4 HP.

Faixa de Velocidade: velocidade inicial igual ou inferior a 1 km/h; velocidade máxima não inferior a 19 km/h.

Inclinação da área de corrida: regulação eletrônica com inclinação positiva de no mínimo **15%**, admitida especificação equivalente em graus, com ajustes progressivos.

Sistema de amortecimento de impacto: com superfície de corrida com sistema de absorção de impacto, para reservar articulações do tornozelo, joelho e quadril.

Área de corrida: superfície composta por lona/correia e plataforma/deck de alta resistência, com material compatível com uso profissional / comercial, resistente ao impacto, atrito e umidade, admitidas tecnologias equivalentes de amortecimento e durabilidade comprovadas em ficha técnica do fabricante.

Lubrificação: com sistema auto-lubrificante, de forma preventiva e autônoma.

Correias: em lona, correia de alta resistência ou tecnologia equivalente, com resistência ao desgaste e compatibilidade com uso profissional / comercial intensivo, conforme especificação do fabricante.

Conectividade: possuir, no mínimo, conectividade Bluetooth e/ou Wi-Fi, com possibilidade de integração com sensores, aplicativos ou dispositivos externos por ANT+, NFC, RFID, USB ou tecnologia equivalente, conforme especificação do fabricante.

Monitoramento Cardíaco: sistema para acompanhamento da frequência cardíaca por contato, telemetria ou tecnologia compatível, com exibição dos dados no painel do equipamento.

Visor: Tela de LCD, LED ou TOUCH, mostrando progressão de treino, velocidade, inclinação, tempo de exercício, distância, calorias, frequência cardíaca.

Programas de Treinamento: a esteira deve possuir no mínimo 10 tipos de exercícios preprogramados.

Possuir sistema de parada de emergência através de botão de parada.

Conveniências Adicionais: possuir suporte ou compartimento para garrafa e suporte, compartimento ou solução equivalente para acomodação de celular, tablet e/ou objetos pessoais.

Rodas de transporte: possuir rodas, rodízios de transporte ou rodízios de serviço integrados, que facilitem o reposicionamento, deslocamento ou manutenção do equipamento.

Voltagem: 110 volts ou 220 volts.

Garantia: garantia de no mínimo 3 anos para estrutura e motor e garantia de 1 ano para peças eletrônicas.

Durabilidade e Robustez: Equipamentos de alta resistência, projetados para uso intenso e contínuo.

Facilidade de Manutenção: Manual de instruções claro e acessível, com informações sobre manutenção preventiva.

Certificação de Segurança: Certificação/conformidade de segurança: atendimento às normas de segurança aplicáveis a equipamentos estacionários de uso profissional / comercial, tais como ABNT NBR ISO 20957, EN ISO 20957, EN 957 ou equivalentes, mediante certificado, relatório de ensaio, manual técnico ou declaração do fabricante /importador referente ao modelo ofertado.

Ergonomia: equipamento com apoios/guidões acessíveis, comandos de fácil alcance, painel de fácil visualização e disposição funcional dos componentes, visando conforto, estabilidade e segurança do usuário.

Design: Design funcional, estrutura e acabamento resistentes, superfícies de fácil limpeza, compatíveis com uso profissional/comercial.

5. Levantamento de Mercado

5. Descrição do Mercado

O mercado de equipamentos *fitness* no Brasil está em constante crescimento, com foco na melhoria da qualidade de vida e longevidade da população em geral.

Marcas reconhecidas, como Life Fitness, Matrix Fitness e Konnen Fitness, possuem forte presença nesse segmento, oferecendo tecnologia avançada, resistência e alto desempenho para atender diferentes públicos, incluindo o setor militar e corporativo.

O mercado está segmentado entre equipamentos para academias comerciais, equipamentos para uso doméstico e para ambientes corporativos ou institucionais, como o setor de segurança pública. As três empresas citadas destacam-se por oferecer soluções no setor de academias comerciais, mercados corporativos e uso doméstico.

5.2. Fornecedores, Produtos e Preço de Mercado

As esteiras ergométricas profissionais foram orçadas das principais empresas que atuam no mercado nacional e com reconhecimento por fornecerem produtos com alta durabilidade e resistência.

Foram excluídos do rol orçamentário, os valores do Sistema Compras.Gov, pois são equipamentos com valores muito abaixo do mercado e com pouca durabilidade, o que acarretaria em maior dispêndio do erário para aquisição futura de novas esteiras.

A faixa de preços aproximada para os equipamentos de cada marca varia conforme o modelo e as especificações. Abaixo, é apresentada as especificações e uma faixa de preços baseada em informações de mercado:

5.2.1. LIFE FITNESS:

5.2.1.1. Esteira Aspire: R\$ 87.193,18 (unidade)

Descrição	Esteira Aspire
Painéis compatíveis	Console SE4 com tela sensível ao toque inteligente de 16” ou 24”; Console LED SL
Superfície	Sistema de Absorção de Choque Flex Deck®© para 30% de redução do estresse no joelho e nas articulações
Dimensões (C x L x A)	83,5" x 36" x 58" (212cm x 92cm x 147cm)
Correia	Correia de poliéster de várias camadas para selagem

Motor	Motor CA 4hp (Pico de 8,0hp)
Largura da superfície de corrida	22 pol. (55,88 cm)
Comprimento da superfície de corrida	60 pol. (152,4 cm)
Faixa de velocidade (mph)	0,5 - 12 mph (0,8 - 20 km/h)
Altura de subida	10 pol. (25,4 cm)
Barras de apoio	20 pol. (50,8 cm)
Inclinável	15%
Rolos	3,5 polegadas / 9 centímetros de diâmetro, coroa de precisão, frente e costas
Frequência cardíaca por contato	Sim
Telemetria	Sim
Resistência remota	Não
Material do trilho lateral inferior	Plástico
Protetores de extremidade	Plástico
Peso máximo do usuário	400lbs (181,44 kg)
Comprimento	83,5 pol. (212 cm)
Largura	36 pol. (92 cm)
Altura	58 pol. (147 cm)
Cor	Cor Prata Ártica, Cor Carvão Suave
Requisitos de energia	Circuito dedicado de 120 volts/20 amp (a voltagem pode variar fora dos EUA)
Comprimento máximo da passada	Não

Comprimento da remessa (polegadas)	Caixa 1 - 86,375 pol.; Caixa 2 - 8,5 pol.
Largura da remessa (polegadas)	Caixa 1 - 39,375 pol.; Caixa 2 - 8 pol.
Altura da remessa (polegadas)	Caixa 1 - 24,25 pol.; Caixa 2 - 3 pol.
Peso	Caixa 1 - 495 libras; Caixa 2 - 2 libras
Carregamento sem fio	Sim
TV acoplável	Sim

5.2.2. MATRIX FITNESS:

5.2.2.1. Esteira Performance Plus C: R\$ 143.903,08 (unidade)

CONSOLE	
VISOR	Tela LCD tátil capacitiva projetiva da classe 56 cm/22"
EXERCÍCIOS	<p>Iniciar, manual, Sprint 8†, Pontos geográficos†, Virtual Active, frequência cardíaca alvo, treinamento intervalado, queima de gordura, subida de colina, potência constante†, treino de glúteo†, treinamento por objetivos, testes de aptidão, personalizado</p> <p>†Este programa pode não estar disponível nesta estrutura.</p>
EXERCÍCIOS SOB DEMANDA IFIT	Opcional
IDIOMAS	Inglês, alemão, francês, italiano, espanhol, holandês, português, chinês simplificado, chinês tradicional, japonês, coreano, sueco, finlandês, russo, árabe, turco, polonês, galês, basco, vietnamita, somali, dinamarquês, tailandês, malaio, catalão
VENTILADOR	Sim
TV ANALÓGICA	NTSC, PAL, SECAM
TV DIGITAL	ATSC 1.0, QAM-B, ISDB-T, ISDB-Tb, DVB-C/S/S2/T/T2
IPTV	Conteúdo: Protocolos MPEG2/H262, AVC/H264: UDP, RTSP, HTTP, HTTPS
COMPATIBILIDADE COM PRO:IDIOM	Opcional, IPTV e coaxial
WI-FI	Sim
BLUETOOTH	Sim, smartphones, fones de ouvido, frequência cardíaca
ANT+	Sim, frequência cardíaca
LOGIN SEM FIO COM RFID	Sim
CONECTA-SE AO APPLE WATCH	Sim
FEITO PARA IPHONE, IPAD, IPOD	Sim
PORTA USB	Sim
CONECTA AO SAMSUNG GALAXY WATCH	Sim

CARREGAMENTO SEM FIO (QI)	Sim
CSAFE READY	Sim
ATIVACÃO AUTOMÁTICA	Sim
	Nota: Os produtos com Console Touch XL devem ser conectados a uma fonte de alimentação.
ESTRUTURA	
SISTEMA DE ACIONAMENTO	Sistema Dynamic Response Drive 5.0 hp
FAIXA DE VELOCIDADE	0,8–26 km/h / 0,5–16 mph
FAIXA DE INCLINAÇÃO	0–20% (motor de elevação com impulso de 1.650 lb)
ÁREA DA SUPERFÍCIE DE CORRIDA	157 x 61 cm / 62" x 24"
TIPO DA SUPERFÍCIE DE CORRIDA	Correia de lâminas
SISTEMA DE AMORTECIMENTO	Pure Stride
DESIGN DO GUIDÃO	Design contínuo de várias pegadas
CONTROLES NA BARRA TRANSVERSAL	Sim
FREQUÊNCIA CARDÍACA DE CONTATO E POR TELEMETRIA	Sim
ALTURA PARA SUBIR NA PLATAFORMA	26.67 cm / 10.5"
RODÍZIO DE SERVIÇO	Sim
TAMPAS DE EXTREMIDADE DE ALUMÍNIO FUNDIDO	Sim
PESO MÁXIMO DO USUÁRIO	227 kg / 500 lb
CONECTIVIDADE ETHERNET	Sim
SENTIDO DO PISO	Sim
DIMENSÕES MONTADO	227 x 92,6 x 168,9 cm / 89,4" x 36,5" x 66,5"
REQUISITOS ELÉTRICOS	Circuito dedicado de 16 A exigido, aterrado e sem looping
PESO MONTADO	217,6 kg / 479,7 lb
PESO DE EXPEDIÇÃO	244,4 kg / 538,8 lb

5.2.3. KONNEN FITNESS:

5.2.3.1. Esteira Profissional E12T: R\$ 72.031,80 (unidade)



PAINEL E12T
CDD. E12T

BIG PAINEL TOUCH
27"

NETFLIX
prime video

chrome
Spotify

INFORMAÇÕES GERAIS

Código	E12
Nomenclatura	Treadmill - Esteira Profissional c/ Inclinação, Declinação e Programas
Uso recomendado	Profissional / Comercial
Categoria	Cardio – Esteira Profissional
Peso máx. do usuário	180kg
Dimensão do produto	2210 x 1030 x 1680 mm
Peso do produto	225kg

ESTRUTURA E DESIGN

Tipo de display	27" LCD Touch Screen e Wifi
Programação de treino	Tempo, Distância, Calorias, Métricas do Treino (Nível de Resistência), Frequência Cardíaca (Atual, Média, Máxima), Taxa Metabólica, Potência, Ritmo (Atual, Médio, Velocidade), RPM.
Design e Ergonomia	Polímeros especiais, fibras e resinas foram ajustados tanto na lona quanto no "deck" a fim de criarem um deslizamento perfeito, com baixo nível de atrito que permite um funcionamento sem aquecimento e com deslizamento perfeito das superfícies.
Motor	7.0 HP
Velocidade	0.8 – 25km/h
Inclinação	-3% a 18%
Área de Lona	1630 x 600 mm
Voltagem	220-240v
Suporte	Garrafa e tablet/celular
Adicionais	Bluetooth, entrada USB, display multilíngue, carregador de celular por indução.
Lubrificação	Automática
Garantia	Estrutura e Motor: 5 anos; Peças eletrônicas e mecânicas: 2 anos; Mão de obra: 90 dias com equipe especializada.

5.3. Avaliação de Qualidade e Confiabilidade

5.3.1. Life Fitness:

Empresa consolidada no mercado nacional e internacional. Com catálogo amplo em aparelhos de musculação e cardiorrespiratórios.

Com sede na capital de São Paulo.

5.3.2. Matrix Fitness:

Empresa com presença global, o que garante atender as necessidades dos mais variados públicos em qualquer lugar do mundo.

Possui mais de 40 subsidiárias e tem sede na capital de São Paulo também.

5.3.3. Konnen Fitness:

Empresa com mais de 10 anos de mercados, está trazendo inovações em materiais, com qualidade e custo benefício.

Com sede em Itajaí/SC.

5.4. Análise de Viabilidade

Custo-Benefício: A análise de custo-benefício dependerá dos recursos financeiros disponíveis. Life Fitness e Matrix oferecem equipamentos de alta durabilidade e tecnologia avançada, com preços mais elevados, mas com melhor suporte e garantia. Konnen Fitness, por ser mais acessível, oferece uma opção de bom custo-benefício para quem precisa de equipamentos de qualidade, mas com um orçamento mais restrito.

Sustentabilidade: Todas as três empresas possuem práticas sustentáveis, com processos de fabricação que visam a redução de impacto ambiental.

6. Descrição da solução como um todo

Esta solução visa a aquisição de esteiras ergométricas profissionais de alta resistência, durabilidade e confiabilidade para atender às necessidades do efetivo policial militar, promovendo o condicionamento físico, bem-estar e saúde dos frequentadores da EEF, conforme os requisitos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar. A proposta contempla a aquisição de **esteiras ergométricas**, que garantam durabilidade, conforto e eficiência durante o uso contínuo e exigente dos profissionais da Polícia Militar.

6.1. Objetivos da Solução

6.1.1. Melhorar a Qualidade de Vida e Bem-estar, garantindo que os policiais tenham acesso a equipamentos modernos, funcionais e eficientes, para a manutenção da saúde física e mental.

6.1.2. Atendimento às Exigências de Condicionamento Físico, facilitando o treinamento físico dos policiais militares, que demanda resistência cardiovascular e força, promovendo o aumento da disposição e a redução do estresse.

6.1.3. Os equipamentos selecionados são projetados para uso intenso e contínuo, com resistência e robustez adequadas às demandas de um ambiente profissional.

6.1.4. Selecionar marcas com renome internacional e nacional, com boa rede de manutenção e garantia diferenciada, para que a Administração Pública não sofra com aquisição de materiais de baixa qualidade.

6.2. Características da Solução

As esteiras profissionais propostas atendem a todos os requisitos de funcionalidade e qualidade definidos neste Estudo Técnico Preliminar, conforme o item 5 (Levantamento de Mercado), onde estão descritas as principais características das esteiras das principais empresas: Life Fitness, Matrix e Konnen.

6.3. Tecnologias e Funcionalidades

A solução proposta utiliza equipamentos com as seguintes tecnologias e funcionalidades:

- 6.3.1. Tecnologia de Amortecimento e Absorção de Impacto:** Para garantir uma experiência de treino mais suave e reduzir o impacto nas articulações durante a corrida.
- 6.3.2. Sistemas de Monitoramento de Desempenho:** Exibição de informações em tempo real como tempo, distância, calorias, velocidade e frequência cardíaca, para otimizar os resultados do treinamento e permitir acompanhamento preciso do progresso.
- 6.3.3. Integração com Aplicativos de Treino:** Alguns modelos oferecem compatibilidade com aplicativos de monitoramento de performance, permitindo maior controle e personalização nos treinos.

6.4. Justificativa da Solução

A escolha dos equipamentos das marcas: **Life Fitness**, **Matrix** e **Konnen Fitness**, foi feita com base em critérios de qualidade, durabilidade, funcionalidade e custo-benefício. Essas marcas possuem reconhecimento no mercado, com tecnologias que garantem um treino eficiente e seguro para os policiais, além de oferecerem suporte técnico adequado e garantia de longo prazo. A utilização de equipamentos adequados não só contribui para o bem-estar físico e psicológico dos policiais, mas também melhora o desempenho geral durante as atividades técnico-operacionais.

6.5. Impactos Esperados

A implementação desta solução trará os seguintes benefícios:

- 6.5.1. Aumento da disposição e resistência física** dos policiais, melhorando seu desempenho em atividades físicas exigentes, como patrulhamento ostensivo e outras situações de estresse elevado.
- 6.5.2. Redução do estresse:** A prática regular de exercícios físicos diminui níveis elevados de cortisol, promovendo maior equilíbrio emocional e menor risco de transtornos relacionados a saúde mental.
- 6.5.3. Prevenção de lesões:** O uso de equipamentos adequados para o treinamento físico contribui para o fortalecimento muscular e cardiovascular, reduzindo o risco de lesões durante o trabalho diário.

6.6. Conclusão

A solução proposta, composta por esteiras profissionais das marcas Life Fitness, Matrix e Konnen Fitness, atende de maneira eficaz às necessidades de condicionamento físico do efetivo policial, oferecendo qualidade, resistência e tecnologia de ponta.

Com base nos requisitos de durabilidade e manutenção, essa solução garante que os policiais terão à disposição equipamentos de alto desempenho para manter sua saúde física e mental, promovendo uma melhoria significativa no bem-estar e no desempenho profissional.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	OBJETO	BEC	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
1	ESTEIRA PROFISSIONAIS	5125219	UNIDADE	6

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 606.256,12

O Valor estimado para a aquisição de 06 (seis) esteiras ergométricas profissionais para essa contratação é de R\$ 606.256,1202 (seiscentos e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais e doze centavos) **no total**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando as disposições da **Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC)**, especialmente o **parágrafo 3º do artigo 40**, optou-se pelo **não parcelamento** da aquisição das esteiras ergométricas profissionais, previstos neste ETP.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlacionadas ou que mantenham dependência com a aquisição presente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição das esteiras ergométricas está alinhada com o planejamento estratégico da PMESP e há recurso financeiro do Fundo Nacional de Segurança Pública.

A compra dos materiais elencados neste Estudo Técnico Preliminar está em consonância com os objetivos voltados para a Saúde e Qualidade de Vida do Policial Militar, que visam promover o bem-estar físico e psicológico dos policiais. Este alinhamento reflete a intenção de oferecer melhores condições de treinamento físico, essencial para o desempenho das funções operacionais e para o fortalecimento da saúde do efetivo policial.

Além disso, os equipamentos serão instalados em local estratégico, na sala de equipamentos aeróbicos da Escola de Educação Física da Polícia Militar que atende aproximadamente 5.000 mil policiais das unidades próximas.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição das esteiras ergométricas trazem uma série de benefícios para os policiais militares e para a Polícia Militar como um todo, alinhando-se aos objetivos de **melhoria da saúde física e bem-estar** dos profissionais. Os principais benefícios esperados incluem:

12.1. Melhora na Saúde e Condicionamento Físico dos Policiais

A utilização dos equipamentos proporcionará melhorias no condicionamento cardiovascular, aumentando a resistência e a disposição dos policiais para desempenharem suas funções em situações de alta exigência física, como patrulhamentos e intervenções.

A prática regular de atividades físicas contribui para a **prevenção de doenças crônicas**, como hipertensão, diabetes e doenças cardíacas, que são frequentemente associadas ao estilo de vida sedentário.

12.2. Aumento da Produtividade e Performance Operacional

Policiais com melhor condicionamento físico são mais capazes de realizar tarefas de forma eficiente, como abordagens e patrulhamento ostensivo, melhorando a **performance técnico-operacional**.

O treinamento aeróbico regular contribui para a redução dos níveis de estresse e melhora o foco e a clareza mental, características essenciais para o desempenho policial em situações de alta pressão.

12.3. Melhoria no Bem-Estar Psicológico

O exercício físico tem efeitos comprovados sobre a saúde mental, promovendo a liberação de hormônios e melhorando o humor. Isso é particularmente importante no contexto policial, onde o trabalho frequentemente envolve situações estressantes.

A adoção de hábitos saudáveis impacta positivamente na **qualidade de vida** dos policiais, o que, por sua vez, pode resultar em maior motivação e satisfação no trabalho.

12.4. Melhora no Clima Organizacional e Coesão da Equipe

A utilização dos equipamentos em espaços comuns de treino pode servir como um ponto de encontro para os policiais, promovendo a **integração e coesão da equipe**, fatores importantes para um ambiente de trabalho saudável.

Investir no bem-estar físico e mental da equipe contribui para o **sentimento de valorização** e o **engajamento** dos profissionais, refletindo diretamente na motivação e no desempenho no trabalho.

12.5. Economia de Custos a Longo Prazo

Policiais com melhor saúde física apresentam menos problemas de saúde, o que resulta em **menor absenteísmo** por motivo de doença ou lesão, reduzindo baixas operacionais e falta de efetivo no policiamento ostensivo.

A escolha de **equipamentos de alta qualidade** e durabilidade garante que a instituição não enfrente custos elevados com manutenções ou reposições frequentes.

12.6. Cumprimento das Normas de Saúde e Condicionamento Físico

A aquisição das esteiras auxilia no cumprimento das **exigências legais e normativas** relacionadas à saúde e ao condicionamento físico do efetivo policial, contribuindo para a preparação física e a aptidão dos policiais conforme os padrões da instituição.

13. Providências a serem Adotadas

A seguir, estão as principais providências que serão adotadas para garantir a correta execução do processo licitatório e a implementação das esteiras.

13.1. Planejamento do Processo Licitatório

Finalização da elaboração do edital de licitação, garantindo que todas as especificações técnicas e exigências sejam atendidas, conforme o estabelecido neste Estudo Técnico Preliminar.

Publicação do edital em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**, com o devido prazo para impugnação e envio de propostas pelos fornecedores.

Condução da **sessão pública de abertura** das propostas, assegurando a transparência do processo e a correta avaliação das condições apresentadas pelos fornecedores.

Avaliação detalhada das propostas recebidas, considerando a conformidade com as especificações, condições de fornecimento, prazos e preços. Seleção do fornecedor que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração.

13.2. Contratação e Formalização

Após a escolha do fornecedor, será formalizado o contrato de fornecimento, observando as cláusulas de **preço, prazo de entrega, garantia, manutenção** e outras condições acordadas no processo licitatório.

Será estabelecido um cronograma detalhado para a entrega dos equipamentos, considerando a necessidade de fornecimento imediato ou a distribuição de unidades conforme a demanda das unidades envolvidas.

13.3. Entrega e Instalação dos Equipamentos

Após a entrega, os equipamentos serão conferidos quanto à **quantidade, qualidade e conformidade** com as especificações contratuais, seguindo os procedimentos estabelecidos pela comissão responsável.

Realização da entrega e instalação dos equipamentos na EEF, com teste de funcionamento para garantir que estão operando corretamente.

O fornecedor será responsável pela capacitação dos usuários, incluindo o treinamento sobre a **manutenção básica e uso correto dos equipamentos**, garantindo a **segurança** e o **desempenho adequado**.

13.4. Manutenção e Suporte Técnico

A empresa contratada cumprirá as condições de **garantia e suporte pós-venda**, conforme descrito no contrato. O fornecedor deverá disponibilizar uma equipe de suporte para eventual **manutenção corretiva e preventiva** dos equipamentos.

Será implementado um **plano de manutenção preventiva**, para assegurar a durabilidade dos equipamentos e minimizar problemas técnicos durante a operação. A manutenção será realizada de acordo com as recomendações do fabricante, com intervalos regulares.

13.5. Acompanhamento e Fiscalização

O processo de entrega e instalação será monitorado de perto pela comissão responsável, para garantir que os prazos e condições contratuais sejam cumpridos integralmente.

Durante a execução do contrato, será realizada fiscalização contínua para garantir que todas as obrigações do fornecedor sejam cumpridas de acordo com o estabelecido, com relatórios periódicos sobre o progresso da implementação e a utilização dos equipamentos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação e a implementação das esteiras ergométricas poderão gerar impactos ambientais, que devem ser considerados e mitigados de acordo com as melhores práticas ambientais. A seguir, são apresentados os principais impactos potenciais e as medidas que serão adotadas para minimizá-los:

14.1. Consumo de Energia

14.1.1. Impacto: As esteiras possuem motores elétricos que consomem energia elétrica para seu funcionamento. Isso pode resultar em um aumento no consumo de energia nas instalações onde os equipamentos serão utilizados.

14.1.2. Mitigação: promoção de campanha de uso consciente de energia, com o desligamento dos equipamentos que não estão em uso.

14.2. Produção e Descarte de Equipamentos

14.2.1. Impacto: A fabricação e o descarte de equipamentos de ginástica podem gerar impactos ambientais relacionados ao uso de materiais não recicláveis, como plásticos e metais, bem como a geração de resíduos durante o processo de fabricação e após o fim da vida útil dos equipamentos.

14.2.2. Mitigação: Será dada preferência a fornecedores que utilizem **materiais recicláveis** ou que apresentem certificações ambientais, como o **ISO 14001** (gestão ambiental). Além disso, ao final da vida útil dos equipamentos, será priorizado o **descarte responsável** por meio da **reciclagem** ou **reutilização de componentes**.

14.3. Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

14.3.1. Impacto: O transporte dos equipamentos até as instalações pode gerar **emissões de gases de efeito estufa** devido ao uso de veículos movidos a combustíveis fósseis.

14.3.2. Mitigação: A mitigação desse impacto pode ser alcançada pela escolha de fornecedores que utilizem **transportes mais sustentáveis** ou por meio da **compensação de carbono**, caso o fornecedor disponibilize esse serviço. A **logística otimizada** também será considerada para minimizar a quantidade de viagens necessárias para a entrega.

14.4. Consumo de Recursos Naturais

14.4.1. Impacto: A fabricação de equipamentos de ginástica envolve o uso de **recursos naturais**, como metais e plásticos, que podem ter um impacto ambiental, especialmente se forem extraídos de maneira insustentável.

14.4.2. Mitigação: A **preferência será dada a fabricantes** que adotem práticas sustentáveis na **extração e produção dos materiais**, como a **utilização de materiais reciclados** e a **redução de resíduos** no processo de fabricação. Também será incentivado o uso de materiais com menor impacto ambiental.

14.5. Manutenção e Reparo

14.5.1. Impacto: A necessidade de manutenção e reparo dos equipamentos pode gerar **resíduos de peças** e componentes que, se não descartados corretamente, podem afetar o meio ambiente.

14.5.2. Mitigação: O **fornecedor dos equipamentos** deverá oferecer orientações claras sobre o **descarte correto** de componentes danificados e utilizar peças de reposição que sejam **recicláveis ou de baixo impacto ambiental**. Além disso, será estabelecido um **plano de manutenção preventiva**, para garantir que os equipamentos permaneçam em bom estado de funcionamento por mais tempo, reduzindo a necessidade de reparos frequentes.

14.6. Gestão de Resíduos durante a Instalação

14.6.1. Impacto: A instalação dos equipamentos pode gerar **resíduos de embalagens**, como plásticos, papéis e outros materiais.

14.6.2. Mitigação: Será implementado um **plano de gestão de resíduos**, que inclui a **separação e descarte adequado** das embalagens, priorizando a **reciclagem** e a **redução de resíduos**.

Embora os impactos ambientais da aquisição e operação dos equipamentos aeróbicos sejam relativamente baixos em comparação com outras áreas de aquisição, medidas serão adotadas para garantir que qualquer impacto seja minimizado de acordo com as boas práticas ambientais. O comprometimento com a sustentabilidade será mantido ao longo de todo o ciclo de vida dos equipamentos, desde a fabricação e transporte até o uso e descarte final.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Estudo Técnico Preliminar é viável para aquisição de equipamentos cardiorrespiratórios para a Escola de Educação Física, com recurso do Fundo Nacional de Segurança Pública.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável pela elaboração do ETP.

GERNANDO GARCIA FURTADO

Maj PM



Assinou eletronicamente em 08/06/2026 às 12:05:05.



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2024NE00000

UG	180341 - ESCOLA DE EDUCACAO FISICA - EEF			
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO			
Data de Emissão	00/00/2024			
CNPJ/CPF/UG	999999999999			
Credor	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			
Endereço				
Cidade		UF		CEP

Origem Material	1
-----------------	---

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
4000XX	18004	061810000000000000	000000000	339030xx	180013	000.000.0100	180000

No Processo	202400000000	Acordo	
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI 14123/21
Licitação	00 - XXXXXXXXX.	Modalidade	1 - ORDINARIO
Empenho Orig.		Nº Contrato	Nº OC

Valor do Empenho R\$	0,00 ()
----------------------	---------

Cronograma	
Mês	Valor
00	0.000,00

Item:	001	Unidade de Medida	1	Quantidade	0001	Preço Unitário	0,00	Preço Total	0,00
Descrição: XX									



Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	0.000,00
Local de Entrega	AVENIDA CRUZEIRO DO SUL, 548
Data de Entrega	00/00/2024

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	XXXXXXXXXXXXXXXXXX - 180341
--------------------------	-----------------------------

ANEXO III
(PAPEL TIMBRADO)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CADMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MATERIAL	VALOR TOTAL
1	Esteiras ergométricas profissionais	373980	UNIDADE	06	R\$	R\$

ELABORAÇÃO EM ____/____/2026.
VALIDADE: 60 DIAS.

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO/NOTA DE EMPENHO:

NOME COMPLETO:

RG:

CPF:

E-MAIL EMPRESA (OBRIGATÓRIO):

TELEFONE FIXO: (XX) _____,

TELEFONE COMERCIAL: (XX) _____,

TELEFONE CELULAR: (11) _____

ENDEREÇO COMERCIAL:

FUNÇÃO:

REGISTRO EM CONSELHO: (SE HOUVER)

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

01- BANCO DO BRASIL

02- AGÊNCIA:

03- CONTA CORRENTE:

(Carimbo da empresa CNPJ, nome, assinatura do representante legal)